



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A

Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em
22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;
- b) A forma de tributação base para constituição da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é a do Lucro Real Anual sem opção por incentivos fiscais, conforme a legislação em vigor;
- c) Os direitos e obrigações da empresa estão classificados no ativo e passivo circulante e não - circulante, em conformidade aos



estabelecidos nos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76 e Lei 11.638/2007 suas alterações;

- d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;
- e) As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações;
- f) A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução n.º 2.682/1999;
- g) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, que é calculada pelo método linear. A seguir apresentamos a composição do ativo imobilizado por conta e suas respectivas taxas anuais de depreciação e amortização (nota 4.3), **(EM R\$ MIL)**;
- h) Caixa e equivalente de caixa – são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.147 | 2.112 |
| Disponibilidades | 47 | 29 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | |
| Cotas de Fundo de Investimento | 3.100 | 2.083 |

4 ATIVO

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários

| Categoria | Prazos | 2011 | | 2010 | |
|---------------------------------------|----------------|-----------------|------------|-----------------|------------|
| | | Saldo Aplicação | Receitas | Saldo Aplicação | Receitas |
| LFT – Letras Financeiras do Tesouro | 07/06/2013 | 226 | 23 | 207 | 21 |
| Fundo Invest. Referenciado DI Premium | Sem vencimento | 3.100 | 356 | 2.083 | 192 |
| Total | | 3.326 | 379 | 2.290 | 213 |

A composição da carteira do Fundo de Investimento: Títulos Públicos (90,65% - LFT, 1,36% - LTN e 4,34% - NTN-B) e Outros (3,66% - Compromissadas e (0,01) % - Outros). A aplicação em Fundos de



Investimento obteve uma rentabilidade no exercício de 11,68% correspondente a 100,73% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

a) Composição por atividade econômica:

| Setor | 2011 | | | 2010 | | |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Até 360 | Acima 360 | Total | Até 360 | Acima 360 | Total |
| Setor Privado | | | | | | |
| Comércio/Serviços | 2.683 | 3.220 | 5.903 | 2.602 | 2.792 | 5.394 |
| Indústria | 191 | 143 | 334 | 303 | 255 | 558 |
| Infra-Estrutura | 57 | 119 | 176 | 35 | 165 | 200 |
| Agronegócio | 807 | 260 | 1.067 | 724 | 460 | 1.184 |
| Pessoa Física | 221 | 133 | 354 | 237 | 111 | 348 |
| Total | 3.959 | 3.875 | 7.834 | 3.901 | 3.783 | 7.684 |

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

| Nível de Risco | Faixa de Atraso | 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------|-------------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | | Valor | % | Valor | % |
| A | Até 14 dias | 2.053 | 26 | 1.432 | 18 |
| B | 15 e 30 dias | 2.665 | 34 | 4.187 | 54 |
| C | 31 e 60 dias | 1.105 | 14 | 912 | 12 |
| D | 61 e 90 dias | 40 | 1 | 900 | 12 |
| E | 91 e 120 dias | 32 | 0 | 44 | 1 |
| F | 121 e 150 dias | 11 | 0 | 14 | - |
| G | 151 e 180 dias | 74 | 1 | 50 | 1 |
| H | Acima de 180 dias | 1.854 | 24 | 145 | 2 |
| TOTAL DA CARTEIRA ATIVA | | 7.834 | 100 | 7.684 | 100 |

c) Composição vincendas e vencidas:

| Classificação - Nível de Risco | 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Vincendas | Vencidas | Vincendas | Vencidas |
| A | 2.024 | 29 | 1.422 | 9 |
| B | 2.644 | 21 | 4.172 | 14 |
| C | 1.055 | 49 | 892 | 21 |
| D | 33 | 7 | 834 | 66 |
| E | 29 | 4 | 30 | 14 |
| F | 10 | 1 | 11 | 3 |
| G | 68 | 6 | 33 | 18 |
| H | 1.478 | 376 | 82 | 63 |
| TOTAL | 7.341 | 493 | 7.476 | 208 |



d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| Classificação - Nível de Risco | Provisão % | 2011 | | 2010 | |
|-----------------------------------|---------------|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| | | Total das Operações | Valor da Provisão | Total das Operações | Valor da Provisão |
| A | 0,5 | 2.053 | 10 | 1.432 | 7 |
| B | 1 | 2.665 | 27 | 4.187 | 42 |
| C | 3 | 1.105 | 33 | 912 | 28 |
| D | 10 | 40 | 4 | 900 | 90 |
| E | 30 | 32 | 10 | 44 | 13 |
| F | 50 | 11 | 6 | 14 | 7 |
| G | 70 | 74 | 52 | 50 | 35 |
| H | 100 | 1.854 | 1.854 | 145 | 145 |
| TOTAL | | 7.834 | 1.995 | 7.684 | 367 |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|--------------|------------|
| Saldo no Início do Período | 367 | 352 |
| Constituição da Provisão | 2.155 | 728 |
| Créditos Baixados como Prejuízo | 165 | 278 |
| Reversão de Provisão | 362 | 435 |
| Saldo no Fim do Período | 1.995 | 367 |

f) Créditos renegociados

| | 2011 | 2010 |
|--------------|-------|-------|
| Renegociação | 2.182 | 2.070 |

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

| | 2011 | 2010 |
|--|------------|------------|
| Saldo no Início do Período | 759 | 577 |
| Créditos baixados como prejuízo | 165 | 278 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 97 | 96 |
| Saldo no Fim do Período | 827 | 759 |

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

| Descrição | 2011 | 2010 | Depreciação | Amortização |
|---|------------|------------|-------------|-------------|
| Outros Investimentos | 1 | 1 | | |
| Sub-Total Investimento | 1 | 1 | | |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 299 | 299 | 10% | - |
| Sistema de Comunicação | 43 | 43 | 10% | - |
| Sistema de Processamento de Dados | 439 | 444 | 20% | - |
| Sistema de Segurança | 1 | 1 | 20% | - |
| Sistema de Transporte | 171 | 82 | 20% | - |
| (-) Depreciação/Amortização | (702) | (609) | - | - |
| Sub-Total Imobilizado | 251 | 260 | - | - |
| Diferido gastos em imóveis de terceiros | 125 | 125 | - | - |
| (-) Amortização | (125) | (125) | | |



| | | | | |
|------------------------------|------------|------------|--|-----|
| Sub-Total Diferido | - | - | | |
| Intangível – Software | 117 | 118 | | 20% |
| (-) Amortização | (112) | (109) | | |
| Sub- Total Intangível | 5 | 7 | | |
| Total Permanente | 256 | 268 | | |

5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Referem – se a obtenção de recursos para financiamentos nos diversos ramos de atividade econômica oriundos de órgãos Governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim distribuídos:

Operações com Recurso BNDES

| Descrição BNDES | 2011 | | | 2010 | | |
|---|------------|------------|------------|----------|-----------|----------|
| Taxa Média – 5%a.a | | | | | | |
| Prazo Médio – 5 anos | | | | | | |
| Recurso do BNDES | Até 360 | Acima 360 | Total | Até 360 | Acima 360 | Total |
| BNDES – FINAME Comércio e Serviço | 44 | 130 | 174 | - | - | - |
| BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão | 147 | 589 | 736 | - | - | - |
| Total | 191 | 719 | 910 | - | - | - |

As operações concedidas com recursos do BNDES são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

- a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de 9.683 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

| ACIONISTAS | TIPO DE AÇÕES | PARTIC. % | QTDE DE AÇÕES | VALOR DE AÇÕES (em R\$) |
|--------------------------------|---------------|---------------|------------------|-------------------------|
| GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS | O.N. | 99,40 | 5.964.000 | 9.624.795 |
| SINDUSCON | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| FIETO | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| FAET | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| FECOMÉRCIO | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| FACIET | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| SICON | O.N. | 0,10 | 6.000 | 9.683 |
| TOTAL DE AÇÕES | | 100,00 | 6.000.000 | 9.682.892 |



7 RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

| RECEITAS | 2011 | 2010 | Variação | |
|---|--------------|--------------|-------------|-----------|
| | | | R\$ | % |
| Rendas de Operações de Crédito | 1.657 | 1.910 | -253 | -13 |
| Rendas de Títulos e Valores Mobiliários | 379 | 213 | 166 | 78 |
| Rendas de Prestação de Serviços | 30 | 43 | -13 | -30 |
| Outras Receitas Operacionais | 470 | 552 | -82 | -15 |
| RECEITAS TOTAIS | 2.536 | 2.718 | -182 | -7 |

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras Reversões.

8 DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

| DESPESAS | 2011 | 2010 | Variação | |
|---|--------------|--------------|--------------|-----------|
| | | | R\$ | % |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 2.155 | 728 | 1.427 | 196 |
| Pessoal e Honorários | 412 | 338 | 74 | 22 |
| Outras despesas administrativas | 1.057 | 987 | 70 | 7 |
| Tributárias | 103 | 106 | -3 | -3 |
| Outras despesas operacionais | 21 | 24 | -3 | -13 |
| IRPJ e CSLL | 103 | 198 | -95 | -48 |
| DESPESAS TOTAIS | 3.851 | 2.381 | 1.470 | 62 |

Nesse exercício a Instituição pagou multas de R\$ 2.782,37 devido aos atrasos no pagamento dos impostos COFINS, IRRF sobre salários restituição do ex-Diretor Administrativo-Financeiros e também nas informações do envio das declarações a RFB – Receita Federal do Brasil (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e DACON – Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais) informados e autorizados pela Diretoria Executiva.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:



| | 2011 | 2010 |
|--|--------------|--------------|
| Resultado Líquido Acumulado | (1.212) | 536 |
| LUCRO REAL ANUAL | | |
| Adições | 2.181 | 786 |
| Exclusões | (651) | (609) |
| Resultado líquido Ajustado | 318 | 713 |
| Compensação prejuízo exercícios anteriores | - | (157) |
| Base de Cálculo | 318 | 556 |
| Imposto de Renda - 15% | 55 | 115 |
| Cálculo da CSLL - 15% | 48 | 83 |
| TOTAL DA DESPESA | 103 | 198 |

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERIODO

Em 2011 as receitas totalizaram R\$ 2.536 mil, apresentando uma redução de 7% sobre o exercício anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 3.851 mil tendo um aumento de 62% em comparação com o exercício anterior, mas esse aumento foi em virtude da fiscalização do Banco Central do Brasil, constatando fragilidade em alguns contratos liberados nos anos de 2008, 2009 e 2010 ocasionando assim um prejuízo de 1.315 Mil, que no exercício anterior foi um lucro de 337 Mil.

| | 2011 | 2010 |
|-------------------------------|----------------|------------|
| Resultado do Exercício | (1.315) | 337 |

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2011, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 996 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 7.241 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.



12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 SEGUROS

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos seus principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos em seguradora idônea.

14 RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário, exceto os membros da diretoria executiva e os estagiários.

15 CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

De acordo com opinião dos assessores jurídicos, não existem processos classificados dentro dos critérios com risco Provável ou Possível, não existindo provisão e nem divulgação.



17ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E DE MERCADO

A Agência de Fomento, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil bem como visando aprimorar seus controles internos, instituiu uma estrutura unificada para gerenciar os riscos operacionais, de mercado e de crédito, aos quais a Instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Agência. O Conselho de Administração da Instituição aprovou as Políticas de Gestão de Riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa dessa área e demais informações quanto ao gerenciamento dos riscos encontram-se descritas em relatórios, disponíveis ao acesso público na sede da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas, 23 de Janeiro de 2012.

ELYS KEIRY IZABEL DOS SANTOS
CPF 728.790.681-34